



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)


# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição 8 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 29 de novembro de 2011

<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Servidor em função de risco vai poder se aposentar antes.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> País sofrerá menos com a crise internacional, diz secretário do MIDC .....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Dificuldades de uma política industrial .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Dilma dá início à privatização de aeroportos no país .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Economistas defendem desvalorização do real para aumentar competitividade .....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ESTADO DE MINAS</b> Em dia com a política :: Baptista Chagas de Almeida.....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Governo se prepara para tirar do forno o Plano Brasil Maior .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BOL BRASIL ONLINE</b> Inmetro e governo federal atuam em conjunto para fiscalizar importados .....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>FOLHA DE SÃO PAULO</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>Servidor em função de risco vai poder se aposentar antes</b>	
ORIGEM <b>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO</b>	ENFOQUE <b>DE INTERESSE</b>	VEICULAÇÃO <b>NACIONAL</b>

Servidor em função de risco vai poder se aposentar antes

Para aprovar o novo modelo previdenciário do funcionalismo, o governo de Dilma Rousseff cedeu a pressões de PT e PDT e vai criar regime de aposentadoria especial, com redução do tempo de serviço, para servidores cujas funções coloquem sob risco a saúde. Entram na definição policiais federais, rodoviários e médicos que atuam em fronteira

Carreiras de risco terão aposentadoria especial

Servidores que exerçam funções perigosas poderão requerer benefício mais cedo

Governo cedeu à pressão de categorias e deve mudar projeto que estabelece o novo modelo previdenciário

VALDO CRUZ

MARIA CLARA CABRAL

DE BRASÍLIA

Para aprovar o novo modelo de previdência do servidor público, o governo Dilma Rousseff cedeu à pressão das categorias e aceitará a criação de uma aposentadoria especial para servidores cujas funções coloquem em risco sua integridade física.

Entram na definição policiais federais, rodoviários federais e médicos que trabalhem em regiões de fronteira, entre outras atividades. Não há estimativa de quantos são esses servidores, mas só a PF tem 14 mil agentes.

A medida constará no relatório final do projeto de lei que cria o novo modelo previdenciário.

Maior aposta para acabar, a médio e longo prazo, com o déficit da Previdência, a proposta tramita na Câmara desde 2007 e deve ser votada até o final deste ano.

A ideia do governo é permitir que servidores que exercem funções de risco se aposentem mais cedo que outras categorias.

Ainda não foi definido como essa redução de tempo de serviço ocorrerá.

Para garantir a aposentadoria especial, o governo vai propor que a contribuição sobre os salários para o fundo seja um pouco mais alta, de 8,5% contra os atuais 7,5%, tanto da parte da União como destes servidores.

O projeto de lei original, enviado pelo Executivo, não previa regra específica para essas funções.

O governo também vai propor um novo modelo chamado de fundo de longevidade para pagar a aposentadoria das pessoas que tiverem de receber o benefício por mais tempo do que o calculado nas regras do modelo de previdência (25 anos).

#### RESISTÊNCIAS

O Palácio do Planalto já havia recuado de sua proposta de criar um único fundo de previdência para os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e de terceirizar sua gestão.

A intenção é diminuir as resistências de integrantes da própria base aliada, como PT, PDT e PC do B, e viabilizar a votação da proposta em, no máximo, 15 dias.

A equipe presidencial, porém, mantém seu veto ao pedido do PT de elevar a contribuição geral da União de 7,5% para 8,5%, sob o argumento de que isso contraria o objetivo da medida, que é reduzir gastos da União com as aposentadorias do setor público.

O projeto em tramitação na Câmara cria, para os servidores contratados após a sua futura aprovação, um novo modelo de aposentadoria similar ao do setor privado.

O servidor terá o benefício bancado pela União até um determinado valor (R\$ 3.691,7, em números de hoje), contribuindo para o INSS nas mesmas regras do setor privado.

Para ganhar acima deste teto, ele terá de contribuir para um fundo de previdência complementar.

#### DEFICIT

Pelos cálculos do Governo Federal, os fundos do setor público vão ter uma taxa de administração baixa e um elevado número de contribuintes, garantindo que os seus beneficiários ganhem como aposentados cerca de 90% da média dos seus últimos 80 salários.

Atualmente, há 950 mil aposentados e pensionistas na União, o que gera um deficit estimado neste ano em R\$ 57 bilhões.

Enquanto isso, no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que banca a aposentadoria do setor privado e tem mais de 20 milhões de aposentados e pensionistas, o deficit do setor é de R\$ 35 bilhões.

No sistema atual, que o governo planeja substituir, servidores ativos e inativos contribuem com uma alíquota de 11% para seu sistema de seguridade social e asseguram uma aposentadoria próxima ou igual ao valor integral de seu salário.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>País sofrerá menos com a crise internacional, diz secretário do MDIC</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

RIO - O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, acredita que a economia brasileira está "blindada" contra a crise internacional. O que, para ele, não significa que o país não será afetado. "Mas com certeza seremos menos do que a maioria das economias", disse.

Para Teixeira, o mercado interno sólido e em expansão - "com o consumo das famílias crescendo a média acima de 5% ao ano" - e a grande capacidade de investimento da economia brasileira são fatores que devem ajudar a reduzir os impactos.

Teixeira avalia que o país vive bom momento, com sua economia em expansão. O Brasil teve média de crescimento

do PIB estável na última década, entre 3,5% e 5,5%, cenário que, segundo ele, permite certa previsibilidade econômica.

"Nós conseguimos na última década fazer com que a economia brasileira se transformasse em uma economia de classe média", disse Teixeira, que considera o feito uma "transformação histórica". Para ele, o país terá na próxima década a maioria de seus 200 milhões de habitantes com idade entre 19 e 35 anos, o que deverá aumentar a produtividade e a capacidade de consumo do país. Para o secretário-executivo do MDIC, o Brasil deve chegar ao pleno emprego até 2014, com taxa de desemprego abaixo de 3,5%.

(Guilherme Serodio | Valor)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dificuldades de uma política industrial</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Empresas nacionais criticam importações chinesas e as múltiplas querem escala de produção

Alta carga tributária dos insumos, concorrência desleal de produtos chineses, contrabando e até pirataria. São estes os principais gargalos do setor de equipamentos médicos, que sofre ainda com os efeitos do chamado custo Brasil e da burocracia estatal. Por ser uma área extremamente regulada, com rigorosas autorizações e certificações por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tanto as empresas nacionais como as multinacionais reivindicam ao Governo Federal a consolidação de um marco regulatório que priorize o setor de saúde em toda a cadeia produtiva.

Com cerca de 500 fabricantes, a maioria é de indústrias nacionais, muitas delas familiares, de médio e pequeno porte, que respondem por cerca de 80% do total produzido. Essas companhias têm como perfil direcionar a produção ao mercado interno, com ênfase para o Governo Federal, responsável por cerca de 80% das compras. Em geral, são itens de menor valor agregado. Há empresas mais robustas, que chegaram a diversificar suas linhas e ampliaram o seu portfólio, tornando-se exportadoras. Por fim, estão os grupos multinacionais, como GE Healthcare, Siemens e Philips, que buscam conquistar no país espaço na produção de equipamentos como raios X, mamógrafos, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e sistemas de monitoração. Alguns desses equipamentos começam a ser feitos no Brasil, mas de forma esmagadora continuam sendo importados, principalmente dos Estados Unidos e da Alemanha, cujos equipamentos dispõem de tecnologia mais avançada que os similares nacionais.

Tal situação fez com que, apesar do setor ser um forte exportador para 180 países, com US\$ 633 milhões em 2010, fossem registradas compras no mercado externo no período da ordem de US\$ 3,66 bilhões. "O modelo brasileiro foi sempre centrado na importação de tecnologia e só de alguns anos para cá se procurou criar uma política industrial para o setor. Mas ainda estamos na fase de ajustes", afirma Franco Pallamolla, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo).

Voltada para a defesa das empresas nacionais, a principal bandeira da Abimo é pela isonomia tributária. Segundo Pallamolla, os "disparates" da política tributária penalizam o setor produtivo na medida em que entidades filantrópicas (boa parte vinculada a grandes hospitais ou a grupos de saúde) podem importar equipamentos a custo menor ao que são produzidos no mercado interno. "Na fabricação de uma cama hospitalar, incidem, em média, 18% de Imposto sobre Circulação e Mercadorias (ICMS), 8% de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e 9,25% do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)", afirma. Para ele, a medida mais justa seria permitir isenção de impostos nas vendas para as entidades filantrópicas, que poderiam abrir mão das importações e favorecer o produto nacional, que sairia mais em conta.

Além desta proposta, no primeiro semestre, a Abimo levou ministro da Saúde, Alexandre Padilha, propostas de uma política industrial para o setor. Entre elas, o aumento das alíquotas de importação em até 35% (na mesma linha do que foi feito para os calçados chineses) para compensar a valorização do real e evitar a desindustrialização do setor, a utilização do poder de compra do Estado como indutor do desenvolvimento industrial e o reforço dos setores existentes com margem de preferência aos produtos fabricados no Brasil.

De forma pontual, o governo tem atendido às reivindicações do setor. Neste ano, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) elevou de 14% para 20% a alíquota do Imposto de importação (II) do produto químico diisocianato de difenilmetano, conhecido como MDI polimérico, usado na produção de espumas rígidas para isolamento térmico, e também de luvas de látex de uso não cirúrgico, de espessura inferior a 0,10 milímetro, que são utilizadas em procedimentos hospitalares. A alíquota passou de 16% para 35%. A justificativa da Gecex foi exatamente proteger a indústria nacional e permitir novos investimentos no setor.

Nos últimos anos, assim como em outros setores da economia, aumentou de maneira expressiva a entrada de

produtos chineses de baixo valor agregado. No fim de 2009, o problema tornou-se tão crítico que obrigou a Câmara de Comércio Exterior a baixar uma resolução antidumping contra as fabricantes chinesas de seringas, ordenando uma delas especificamente a pagar alíquota fixa de US\$57,73 por quilo e fixando para as demais companhias alíquota de US\$ 10,67 por quilo. De acordo com o estudo do Governo Federal, em abril de 2003, a participação das companhias nacionais no mercado de seringas descartáveis era de 59,3%; em março de 2008, havia caído para 43,2%. No mesmo período, houve uma expansão no mercado interno de 30,1%. Para se ter uma ideia do tamanho deste mercado, na campanha de vacinação contra o vírus da gripe A(H1N1)-a popular gripe suína - foram utilizadas 83 milhões de seringas e agulhas. "Os primeiros lotes das seringas chinesas era de qualidade discutível, mas depois foram aprimoradas. Só que não havia condições de competir em função dos subsídios do governo chinês e da alta carga tributária da produção nacional. Houve demissões no setor", recorda Pallamolla.

Outro problema apontado é em relação à pirataria, vinda principalmente do Paraguai, mais restrita a cateteres e equipos (tubos de plástico para infusão de substâncias via parenteral). São produtos asiáticos que chegam ao país vizinho e lá passam por uma "maquiagem", entrando sem impostos no Brasil por força do acordo comum dos países do Mercosul. Há ainda uma alta incidência de contrabando em regiões de fronteira, onde existe pouca fiscalização. Há cerca de dois meses, a Polícia Federal realizou uma operação no Estado de Roraima e apreendeu diversos equipamentos eletroeletrônicos e hospitalares, incluindo desfibriladores.

Há divergências pontuais, no entanto, dentro do próprio setor quanto aos rumos de uma política industrial. Por uma questão de custos, a rede privada opta por importar equipamentos reconicionados de grande porte, como aparelhos de ressonância magnética e de tomografia computadorizada, que não são fabricados no Brasil. A importação de usados é regulamentada pela Anvisa por meio da Resolução nº 25, de 2001, que obriga o fabricante a reconicionar o aparelho e fornecer garantia mínima de um ano ao comprador. Parte do setor considera que a medida é positiva e não oferece riscos à população devido ao rigoroso controle da Anvisa. Com um viés mais protecionista, a Abimed é totalmente contrária: "Defendemos a transferência de tecnologia para fortalecimento da nossa indústria. Importar equipamentos reconicionados é o mesmo que trazer lixo", afirma Pallamolla.

Para Reynaldo Gato, vice-presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares (Abimed), a presença de equipamentos reconicionados não é um impeditivo para o desenvolvimento de uma política industrial autônoma para o setor. Criada há 15 anos para atender às necessidades das companhias importadoras, a Abimed considera que a importação de equipamentos reconicionados vai ficar cada vez mais restrita aos aparelhos em que não exista escala industrial para produção no país. "Ninguém mais importa aparelhos reconicionados de raios X ou mamógrafos, que já começam a ser fabricados por aqui", destaca.

Por enquanto, a produção de aparelhos de diagnóstico por imagem está restrita a multinacionais que dispõem de áreas de "healthcare". Em julho do ano passado, a GE Healthcare inaugurou sua primeira unidade no Brasil, em Contagem, em Minas Gerais. Ainda em fase inicial, a unidade produz em baixa escala equipamentos de raios X, ressonância magnética e mamógrafos. A companhia americana pretende formar em Contagem o primeiro centro de treinamento na América Latina para capacitação de engenheiros no continente sul-americano e, a partir de 2013, desenvolver uma linha de produtos específicos para atender ao mercado nacional.

Também em Minas Gerais, na cidade de Lagoa Santa, a holandesa Philips está produzindo aparelhos de mamografia e raios X digitais. Nos últimos quatro anos, a Philips investiu mais de US\$300 milhões na aquisição de empresas de fabricação de equipamentos médicos e softwares clínicos. O potencial do mercado brasileiro estimula novas empresas a instalar bases de produção, como é o caso da americana Medtronic, que já manteve uma fábrica no Brasil, desativada no período de hiperinflação. Focada na área de equipamentos para cardiologia, a Medtronic ainda não definiu se irá comprar uma empresa estabelecida, firmar uma joint venture ou iniciar a produção local por meio de manufatura sob encomenda.

"São empresas que trazem tecnologia e geram empregos", afirma Carlos Goulart, presidente-executivo da Abimed. Para que o Brasil seja um mercado atrativo para as grandes multinacionais do setor, é necessário que haja economia de escala. "É preciso que o governo garanta que haverá demanda para produtos de grande porte, seja para o mercado interno ou para tornar o país um centro exportador", afirma.

Enquanto não se forma um mercado sustentável, diz Goto, é preciso reduzir a burocracia estatal nas importações e solucionar distorções na política fiscal. Ele cita o caso de uma eventual importação de aparelho de raios X de última geração, que é isento de Imposto de Importação. Mas, diz ele, na eventualidade de se importar um colimador (peça que ajusta o feixe dos raios), o comprador terá de arcar com impostos e custos logísticos que praticamente dobram o preço inicial da peça.

A burocracia só será resolvida com a capacitação de profissionais especializados em portos e aeroportos. Hoje, um hospital ou uma entidade filantrópica que queira adquirir um mamógrafo, por exemplo, nos Estados Unidos, será obrigada a esperar até três meses para colocar o aparelho em funcionamento. Entre a ordem do pedido, preenchimento de guias de importação e embarque do produto, demoram no máximo três semanas. Os entraves estão localizados na alfândega, porque não existem funcionários especializados em analisar tecnicamente as especificações do produto, ou seja, se estão de acordo com as determinações da Anvisa. Assim, é comum que a liberação demore até três semanas. Segundo Goto, havia este problema até pouco tempo na liberação de medicamentos e foi solucionado pela Anvisa. "Sugerimos que esta análise seja feita por setoriais nas áreas de cardiologia, radiologia, imagens e próteses, entre outros", ressalta Goto.

Um ponto positivo, diz o executivo, é a formação de mão de obra especializada. "No passado, havia necessidade de técnicos estrangeiros para a montagem dos equipamentos importados. Atualmente, exportamos técnicos para países da América Latina para a montagem de mamógrafos e aparelhos de tomografia.

Os custos de logística decorrentes da falta de infraestrutura também oneram as empresas do setor. Líder no mercado brasileiro de neonatologia, a Eanem fechou, em 2010, uma venda de 3,5 mil produtos da linha neonatal - berços, incubadoras, cama de parto e aparelho respiratória, entre outros - para o Ministério da Saúde. A operação incluía a entrega e instalação dos equipamentos. "Em cidades no Acre e no Amazonas, tivemos que transportar por barcos. Houve lugar que demorou 45 dias", diz Djalma Luiz Rodrigues, diretor-industrial. Segundo ele, as perdas causadas pela má conservação das rodovias provocam prejuízos de até 10% do valor do contrato. Ele se queixa da demora de até 120 dias para o pagamento, o que obriga a empresa a pegar no mercado capital de giro. "Em outros países, há carta de crédito e recebimento antecipado", afirma.

Para Marco Petrus Dotta, gestor de marketing da Baumer, empresa especializada na fabricação de produtos ortopédicos, ainda existe por parte dos médicos brasileiros preconceito contra próteses e enxertos ósseos de produção nacional. Dotta defende um reajuste na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), porque o Governo Federal é o principal cliente da empresa.



	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma dá início à privatização de aeroportos no país</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A privatização (oficial) dos aeroportos

Dilma dá a largada na 1ª concessão, em São Gonçalo do Amarante, com investimentos de R\$650 milhões, 80% do BNDES

DILMA NO futuro aeroporto no Rio Grande do Norte: obra será concluída em 3 anos

Letícia Lins

SÃO GONÇALO DO AMARANTE, RN. A presidente Dilma Rousseff deu ontem a largada para a privatização dos aeroportos ao assinar a primeira concessão do Governo Federal para construção e exploração de um terminal internacional, o de São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana de Natal. O aeroporto será construído pelo Consórcio Inframérica, formado pelas empresas Engevix e Corporacion America. O grupo investirá R\$650 milhões no empreendimento, mas 80% dos recursos virão do BNDES. As obras estarão concluídas em três anos, segundo Gerson Almada, do Conselho Administrativo da concessionária.

Dilma disse que a prioridade do governo, porém, é a construção do terminal de passageiros, a tempo de atender à demanda na Copa do Mundo. O aeroporto de São Gonçalo do Amarante é um exemplo daquelas obras públicas que nunca terminam. Começou a ser implantado em 1995, teve a edificação iniciada em 1997, mas até agora só tem pista de pouso. As vias de acesso são de barro, os prédios se limitam a

alojamento do canteiro de obras, e as comunicações são precárias. Ontem, não havia sinal de internet e os celulares não funcionavam. O aeroporto foi projetado para ser o maior complexo da América Latina, devido a sua privilegiada localização junto aos grandes centros mundiais.

- Se temos fronteiras agrícolas, poderemos dizer que aqui abriremos uma fronteira logística. Estamos criando uma nova etapa de desenvolvimento para o país - disse Dilma, lembrando que entre 2003 e o fim do ano o número de passageiros transportados em embarques nacionais e internacionais deverá ter triplicado, sobretudo devido ao surgimento da nova classe média.

- O brasileiro sempre foi um povo trabalhador. Mas antes ele não podia viajar. Hoje ele pode. O nosso maior turismo tem sido o interno.

Dilma lembrou que três outros aeroportos estão em vias de concessão (Guarulhos, Viracopos e Brasília) e mostrou que o assunto interessa tanto à iniciativa privada que o leilão para a concessão do terminal potiguar teve 88 lances.

- Isso mostra o interesse dos investidores. Para vencer o leilão, a Inframérica teve que oferecer valor 228% superior ao mínimo previsto.

	VEÍCULO <b>O GLOBO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Economistas defendem desvalorização do real para aumentar competitividade</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

## TURBULÊNCIA GLOBAL

Encontro, que reúne petistas, aborda crise do capitalismo e desenvolvimento

Liana Melo, Bruno Rosa e Letícia Lins  
economia@oglobo.com.br

RIO e SÃO GONÇALO DO AMARANTE (RN). Só tem um jeito de tirar a economia brasileira do corner imposto pelo trinômio câmbio sobrevalorizado, inflação além do teto da meta e juros altos. O governo precisa ter coragem e intervir, desvalorizando o real para garantir competitividade internacional aos industrializados brasileiros. A proposta é do ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, que, ao lado da economista Maria da Conceição Tavares e do ex-presidente do BNDES Carlos Lessa, participou ontem do seminário "A crise do capitalismo e o desenvolvimento no Brasil".

O encontro foi a versão petista da reunião realizada pelos tucanos no início do mês para discutir crise global e reuniu líderes de PT, PCdoB, PDT e PSB.

Bresser defendeu um câmbio "flutuante administrado" entre R\$2,30 e R\$2,40, bem acima do atual R\$1,90. Só assim, disse, seria possível elevar a taxa de investimento anual no país para 25% do Produto Interno Bruto (PIB). Hoje, a taxa é de 17%.

- Vivemos o momento ideal para mexer no câmbio - disse, admitindo, porém, que isso pressionaria a inflação para cima e os salários para baixo. - Mas é uma situação rapidamente recuperável, já que a economia vai crescer impulsionada pela maior taxa de crescimento.

Para garantir o sucesso da proposta, Bresser concorda com Lessa que é preciso taxar os importados.

- Com a taxação, teríamos um preço interno e outro externo. Caso contrário, vamos deixar a indústria nacional desprotegida - defende Lessa.

Ainda que apoie a mudança no câmbio, Conceição Tavares acha que não é suficiente.

- Mas não pode ser feito à galega, senão acaba com os salários - disse, defendendo medidas protecionistas contra a invasão de produtos chineses.

- Pode-se fazer por tarifas, subsídios. - afirmou. - É que eles (os chineses) mentem, dizem que vão fazer e não fazem.

Já o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, disse que o papel do Estado não deve se resumir ao controle das taxas de câmbio e de juros: é preciso regulação em várias áreas.

- Questões como a proteção do consumidor, o aumento dos oligopólios, o papel do Estado na oferta de serviços universais, além de questões como regulação das tarifas bancárias e do preço da energia. Qualquer projeto do governo deve ir além e pensar nas outras esferas.

Barbosa também afirmou que o Brasil tem muitos desafios, como a questão tributária e como atender a uma nova classe média, que demanda serviços. Segundo ele, a situação internacional é difícil, mas o Brasil tem boas condições, já que tem recursos para desenvolver seus investimentos e há expectativas de crescimento da classe C.

Dilma: país tem recursos se 'crédito secar lá fora'

Em São Gonçalo do Amarante (RN), a presidente Dilma Rousseff também garantiu ontem que o Brasil tem recursos suficientes para financiar a iniciativa privada "quando o crédito secar lá fora". Ela fez o comentário na solenidade de assinatura da primeira concessão de um aeroporto à iniciativa privada. Serão exigidos R\$650 milhões, dos quais 20% sairão do Consórcio Inframérica e os outros 80%, do BNDES.


- A gente vê as notícias que acontecem no resto do mundo. Enquanto geramos empregos e estamos lutando para garanti-los, o que acontece em países que antes eram objeto de desejo do Brasil? O aumento desenfreado do desemprego, e, o que é mais grave, entre os mais jovens - disse. - Estamos em um outro momento. Este país, diante de toda essa crise, tem condições de continuar crescendo.

	VEÍCULO ESTADO DE MINAS	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Em dia com a política :: Baptista Chagas de Almeida</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

#### Queda de braço

A Câmara dos Deputados vai tentar votar esta semana a Proposta de Emenda Constitucional que foi batizada pelos parlamentares como a PEC da Música. Com o objetivo de baratear o preço dos discos, uma forma de combater a imensa pirataria no setor, a PEC isenta a produção de IPI, PIS

e Cofins, que são da alçada federal e hoje só concedidos à Zona Franca de Manaus, e o ICMS, de alçada estadual. Por isso, a PEC sofre oposição explícita do governo da bancada do Amazonas e velada dos governadores que vão perder receita sem o ICMS. A queda de braço promete.

	VEÍCULO <b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo se prepara para tirar do forno o Plano Brasil Maior</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Decreto que vai regulamentar as medidas do plano para indústria deve ser sancionado essa semana

O decreto que vai regulamentar os dispositivos do Plano Brasil Maior foi assinado ontem à noite pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. O texto, agora, será encaminhado para a Casa Civil para depois receber sanção presidencial. As medidas provisórias que definiram as linhas gerais do Plano Brasil Maior foram aprovadas pelo Senado na terça-feira da semana passada.

O texto assinado por Pimentel traz também medidas para estimular as exportações de manufaturados, ação denominada de Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) pelo programa. Nessa ação, o governo poderá restituir cerca de 3% do faturamento com exportação de manufaturados para alguns setores considerados estratégicos. A dúvida é se segmentos como o de papel e celulose entrarão na lista. Esse "desconto" é uma estimativa do Ministério da Fazenda sobre o percentual de imposto pago no processo produtivo, mas de difícil identificação na hora de se conceder a desoneração. A proposta inicial previa o "desconto" por apenas um ano, mas o Congresso aprovou um texto que o estende até 2014. O regime especial prevê que o exportador terá de volta 3% da receita da exportação de bens manufaturados. O valor poderá ser requerido em espécie ou usado para quitar débitos existentes junto à Receita Federal.

#### Política industrial

Lançado em agosto deste ano, o Plano Brasil Maior traça uma política industrial para o país até 2014 e tem como uma das suas principais ações a desoneração da folha de pagamentos. O texto aprovado no Congresso prevê que empresas de confecções, couro, calçados e de tecnologias da

informação (TI) e da informação e comunicação (TICs), além de empresas de call center, deixarão de pagar a alíquota de 20% de contribuição para a Previdência Social e passarão a pagar um percentual sobre a receita bruta. Esse percentual será de 2,5%, no caso TI, TICs e empresas de call center, e de 1,5% nos demais casos. As empresas de transporte público coletivo urbano, com exceção das cooperativas, entre os beneficiados. A alíquota neste caso será de 2%.


#### Inmetro

O Inmetro também ganhou mais atribuições e passará a anuir no processo de "importação de produtos por ele regulamentados que estejam sujeitos a regime de licenciamento não automático ou a outras medidas de controle administrativo prévio ao despacho para consumo".

Como ocorre com os produtos nacionais, os importados estarão agora sujeitos ao cumprimento de regras estabelecidas pelo órgão.

-----

O ministro Fernando Pimentel assinou ontem o decreto. O texto segue agora para a Casa Civil para em seguida ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff

	VEÍCULO BOL Brasil ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Inmetro e Governo Federal atuam em conjunto para fiscalizar importados</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

SÃO PAULO - O Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) atua junto ao Governo Federal para fiscalizar o cumprimento da regulamentação de normas técnicas, e também acompanhar a trajetória dos produtos importados que chegam no País.

Para o chefe da Coordenação Geral de Articulação Internacional do Inmetro, Jorge Cruz, acompanhar se as empresas cumprem a regulamentação garante a qualidade e a segurança dos produtos comercializados no Brasil. "Estabelecemos regulamentação para todo e qualquer produto vendido no País. Os produtos internacionais têm que cumprir uma série de exigências para entrar no País. Preconizamos uma verificação justa para que não exista possibilidade do consumidor ser enganado, ou seja, produtos sem segurança", explica, de acordo com a Agência Brasil.

#### Fiscalização

Para evitar divergências no intercâmbio comercial, a maior parte das normas seguem parâmetros internacionais. Porém, alguns produtos possuem regras internas que precisam ser cumpridas. "Mesmo quando temos normas internalizadas, os critérios e parâmetros são estabelecidos em conformidade com normas internacionais", afirma Cruz.

Não há um prazo definido para a verificação da qualidade do produto, ele pode variar de acordo com a mercadoria analisada, mas, de acordo com Cruz, as análises são realizadas com cuidado, para evitar problemas ao comércio internacional. "O nosso papel é garantir que as

mercadorias estão sendo devidamente produzidas conforme o regulamentado e não atrapalhar a comercialização de mercadorias", esclarece.

Segundo o chefe da Coordenação, os produtos que não atendem às exigências são barrados. "Existe uma determinação técnica estabelecida que precisa ser cumprida. Os fabricantes internacionais e os importados brasileiros precisam conhecer essa regulamentação", completa.

#### Parcerias

Ainda segundo a Agência Brasil, além da parceria com o Governo Federal, o Instituto atua em conjunto com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e com o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

O Inmetro também serve de ponte entre a OMC (Organização Mundial do Comércio) e as empresas, indústrias e fabricantes brasileiros, pois é o Instituto que repassa as notificações sobre regulamentação de normas técnicas do organismo internacional que possam impactar na exportação brasileira.